



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

AS PRODUÇÕES E SUSTENTAÇÕES IMAGINÁRIAS DO ESTADO NA AMÉRICA LATINA

Rafael Rezende

brozrezende@gmail.com

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## RESUMO

Partindo da assunção de que os imaginários pertencem à ordem constituinte da vida social, podemos afirmar que a modernidade e, por consequência, suas instituições, estão diretamente relacionadas com o imaginário liberal que começou a ser forjado no século XVII. Como bem sabemos, as significações e representações produzidas pelos imaginários não são fixadas, mas sim flutuantes e em intenso processo de disputa. Sendo assim, podemos supor que o imaginário liberal passou por significativas transmutações com o transcorrer do tempo. Tais transmutações, longe de serem desprezíveis, são importantes sinalizações sobre as urdiduras sociais e os desdobramentos históricos. É plausível, portanto, analisar a construção, permanência e transmutação de um determinado imaginário de acordo com o momento sócio histórico no qual ele está inserido. Admitimos que toda fundação, legitimação e produção de um determinado ordenamento social, é, também, uma operação imaginária. Investigamos, neste trabalho, de que maneira o imaginário liberal contribui na legitimação e na reprodução do Estado, que juntamente com o mercado e com a nação, é a mais significativa das instituições modernas. Ao contrário do que muitos pesquisadores afirmavam em tempos recentes, o Estado não passa por um processo de encolhimento, mas sim por uma reordenação das suas áreas de influência, assim como por uma mutação no tradicional modelo de soberania, ainda que razoavelmente tímida. Como seria possível uma organização se manter, se reproduzir, passar por inúmeras vicissitudes e continuar sendo um notório ator social? Acreditamos que a resposta reside em um sistema de legitimação sobre o qual o imaginário liberal possui imensa ingerência. Quando olhamos especificamente para a América Latina, novas e intrigantes questões se apresentam. Tendo em vista que tanto o liberalismo, quanto o Estado, são construções sociais muito bem localizadas no espaço e no tempo sócio histórico, seu processo de imposição em nosso sub continente precisou passar por um intenso e violento processo de legitimação.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

## **ABSTRACT**

Starting from the assumption that the imaginaries belong to the constituent order of social life, we can affirm that modernity and, consequently, its institutions, are directly related to the liberal imaginary that began to be forged in the seventeenth century. As we well know, the meanings and representations produced by the imaginary are not fixed, but rather fluctuating and in an intense process of dispute. Thus, we can assume that the liberal imaginary has undergone significant transmutations over time. Such transmutations, far from being despicable, are important signs of social warfare and historical unfolding. It is plausible, therefore, to analyze the construction, permanence and transmutation of a given imaginary according to the socio-historical moment in which it is inserted. We admit that every foundation, legitimation and production of a social order is also an imaginary operation. In this work we investigate how the liberal imaginary contributes to the legitimation and reproduction of the state, which, together with the market and the nation, is the most significant of modern institutions. Contrary to what many scholars have argued in recent times, the state is not shrinking, but rather a reordering of its areas of influence, as well as a mutation in the traditional, though reasonably timid, model of sovereignty. How would it be possible for an organization to maintain itself, to reproduce itself, to go through innumerable vicissitudes and to remain a notorious social actor? We believe that the answer lies in a system of legitimacy upon which the liberal imaginary possesses immense interference. When we look specifically at Latin America, new and intriguing questions arise. Given that both liberalism and the state are social constructions very well located in space and historical socio-historical time, its process of imposition in our sub continent had to undergo an intense and violent legitimation process.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

## **PALAVRAS-CHAVE**

Estado – Imaginário – Modernidade

## **KEYWORDS**

State – Imaginary – Modernity

## **I. Introdução**

O Estado se faz presente, explicitamente ou não, em um sem-número de áreas da vida social. Suas formas e conteúdos, forjados como parte fundamental do projeto moderno, acompanharam o desenvolvimento deste, passando por transmutações e respondendo às demandas particulares de cada tempo. Todos os dias, bilhões de pessoas experimentam a vida social em relação com o Estado. No entanto, será que o Estado é apenas aquilo que conseguimos observar diretamente, que é palpável? Será que a maneira como o observamos e compreendemos não possui mediações não necessariamente tangíveis? Acreditamos e pretendemos demonstrar que sim.

Por muitas décadas, as análises e teorizações sobre o Estado costumavam estar restritas à sua dimensão material, ou seja, sua capacidade de mobilização de recursos, uso da força e organização interna do corpo burocrático. Poucos foram aqueles que se aventuraram a alargar o escopo da análise para tentar observar as outras dimensões que compõem aquela que talvez seja a mais importante instituição moderna. Quais são os signos e significados estatizados? Como eles organizam a experiência social em um mundo no qual cada vez mais o Estado intervém nas esferas pública e privada? De que maneira o Estado se reproduz e se reinventa permanecendo reconhecido como um ator legítimo? Como as dimensões simbólica e material se conectam e se retroalimentam? Essas são algumas das questões que guiarão este trabalho nas páginas ulteriores. Desde já, indicamos que para



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

buscar responder todas essas questões, vamos necessariamente nos servir do conceito de imaginário social.

## II. O imaginário social

O que faz o mundo ser exatamente o que ele é? Tal indagação é, sem dúvida, uma das mais fundamentais das ciências sociais. Muitos foram aqueles que fracassaram ao tentar responder, geralmente pecando ao reduzir toda a complexidade da vida social à um determinante último, seja ele material ou metafísico, um conjunto de agentes ou uma estrutura. Acreditamos que qualquer realidade social é fruto de uma conjunção de longos e curtos processos históricos impulsionados por uma sobredeterminação de elementos materiais e simbólicos. Isso, por um lado, significa afirmar a radical contingência histórica, uma vez que impossível identificar uma determinação derradeira ou lei modular do movimento histórico. Por outro lado, significa reconhecer que é possível identificar tendências de desenvolvimento dentro da contingência histórica radical, através da observação dos contornos da formação sobredeterminada que constrange o desdobramento histórico.

Muitos analistas, ao observarem o desenvolvimento histórico, comumente destacam a sua dimensão material. Quem nunca se deparou com a afirmação de que a Revolução Industrial foi iniciada na Inglaterra porque em seu território haviam reservas de carvão? Tal assertiva não é falsa, mas é insuficiente. As reservas de carvão certamente foram cruciais para o advento de tal processo histórico, entretanto, devemos recorrer a outras dimensões analíticas para enriquecer a narrativa do nascimento da Revolução Industrial. Por exemplo: um materialista vulgar percebe nas reservas de carvão a condição material objetiva que fomentou a industrialização e esta, como consequência, gerou uma classe de burgueses industriais exploradores e operários explorados. Um pesquisador muito mais sofisticado, como E.P. Thompson (2011), percebe que a classe operária não é um mero produto de uma mudança no sistema produtivo, mas uma localização no sistema produtivo, uma posição



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

dentro de uma relação conflitiva e um constructo histórico e cultural sustentado pela continuidade de experiências subjetivas.

Outro exemplo de análise que não se prende a dimensão material nos foi oferecida por Weber (2004). Este, ao analisar o surgimento do capitalismo, argumentou em defesa da existência de uma afinidade eletiva entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. O que para muitos materialistas vulgares soa como uma quimera idealista, para nós nada mais é do que o reconhecimento da dimensão cultural simbólica como parte instituinte da vida social. O que Weber não chegou a afirmar é que tanto a sua ética da convicção, quanto a sua ética da responsabilidade, não podem ser orientadas por valores rígidos e imanentes, mas sim por imaginários flexíveis e magmáticos.

Quando frisamos que as éticas que orientam as práticas mundanas estão relacionadas com imaginários produzidos, estamos sublinhando a conexão imperativa entre as dimensões material e simbólica da vida. Sendo assim, estamos corroborando Castoriadis quando ele afirma que

Tudo que nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico (...) As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica. Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Eles consistem em ligar símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, consequências – significações no sentido amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado. (CASTORIADIS, 1982, p.142)

Mas afinal, o que é o imaginário? A discussão sobre o tema geralmente é associada a obra de Cornelius Castoriadis, entretanto, este jamais ofereceu uma definição clara, objetiva e unívoca do que ele entende como imaginário, especialmente quando se trata do caráter coletivo ou individual da sua produção. De qualquer modo, tal dubiedade teórico argumentativa não nos impede de explorarmos a proposições do professor grego e de outros estudiosos que se debruçaram sobre o assunto.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

Para Castoriadis (1982), o imaginário é o componente essencial de todo símbolo e de todo simbolismo. Aquele precisa destes não só para exprimir-se, como também para existir. Em outras palavras, o imaginário é, acima de tudo, uma representação imagética, um sistema de mobilização de símbolos. Tal representação imagética opera na mediação do delicado laço entre significantes e significados, acabando por oferecer um sentido próprio para as experiências concretas dos indivíduos ou grupos sociais que compartilham determinado imaginário.

Frequentemente, em debate com a Teoria Funcionalista, muito em voga na época da publicação do seu livro *A instituição imaginária da sociedade*, Castoriadis destaca que não se deve reduzir a significação imaginária a uma mera motivação funcional. Isto porque, apesar de reconhecer a dimensão funcional do imaginário, o filósofo e psicanalista grego alega que ela é ultrapassada por seus efeitos, isto é, a própria compreensão de uma determinada funcionalidade depende do imaginário que a cerca. Para exemplificar, curiosamente ele retornou a Marx. Por um lado, afirmou que a noção de imaginário já se apresentava na obra do filósofo alemão quando este tratou da atribuição de um caráter mágico à mercadoria (fetichismo), assim como quando afirmou que as lembranças das gerações passadas pesam forte na consciência dos vivos. Por outro lado, Marx teria perpetrado a centralidade da dimensão funcional do imaginário ao compreendê-lo enquanto elo não econômico da cadeia econômica.

Uma característica primordial dos imaginários, que deve ser destacada, é a sua condição magmática, ou seja, a sua volatilidade face aos investimentos possíveis. Castoriadis foi muito claro ao afirmar que o imaginário pode ter uma certo grau de permanência temporal, incluindo a possibilidade de produção de imaginários secundários, entretanto isso não significa que ele pode ser fixado *ad aeternum*. Ao contrário, o filósofo assume que imaginários são passíveis de deslocamentos de sentido a partir do investimento de novas significações aos símbolos disponíveis. Nesse sentido, Domingues nos convida a



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

pensar o imaginário como uma espécie de “magma” de símbolos flutuantes, que mudam de características e se misturam, condensam-se e são deslocados, adquirindo novos significados nesse processo. Como vimos, esse magma certamente tem uma história, antes e depois, não aparecendo do nada ou de repente, tecido, como é, por indivíduos e coletividades em conflito ou cooperação. (DOMINGUES, 2013. P. 13)

Ainda Domingues, em uma outra reflexão (2016), nos chama atenção para a oposição entre os imaginários radical e instituído, que perpassou toda a discussão de Castoriadis acerca do tema que aqui tratamos. Tal oposição é fundamentada nas noções freudianas de deslocamento e condensação de significados. O imaginário instituído seria, portanto, aquele cujo significado é minimamente fixado. Por outro lado, mas não necessariamente em oposição, - Domingues atenta para a possibilidade dos dois tipos de imaginário se sobreporem - o imaginário radical é o emprego da potência criativa do humano na história. É tão somente através dele que o humano faz suas necessidades se fazendo.

Uma outra abordagem sobre os imaginários sociais foi oferecida por Charles Taylor (2004). O professor canadense alega que os imaginários sociais trabalham para dar nexos às formas sociais. Nesse sentido, os imaginários operam de forma muito mais potente do que a teoria no ato de legitimação da ordem, uma vez que eles são necessariamente compartilhados e compreendidos pelas sociedades. Deste modo, para Taylor, os imaginários assumiram um papel fundamental na legitimação e normalização da nova ordem, moderna. Tal papel foi especialmente significativo no estabelecimento de algumas instituições modernas como a economia de mercado, a esfera pública e o auto governo do povo.

Mas no que a abordagem de Taylor difere da abordagem de Castoriadis? Respalamos Browne (2016) quando este afirma que a proposta de Castoriadis é mais complexa e sofisticada, uma vez que o imaginário, para Taylor, é estritamente relacionado com a forma como as pessoas interpretam as relações sociais, ao passo que, para o grego, ele pode estar carregado de potência criativa. Consequentemente, se partíssemos tão somente das proposições de Taylor, teríamos dificul-



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

dades de compreender como poderiam se desdobrar outras tendências de desenvolvimento histórico que não as apresentadas na modernidade.

### **III. O Estado no imaginário moderno liberal**

A modernidade política é a modernidade liberal. Suas instituições, imaginários, relações foram forjadas dentro do amplo campo de ideias que comumente chamamos de liberalismo. A superação do antigo regime por uma ordem moderna foi a superação das estruturas econômicas, sociais e culturais absolutistas pelas estruturas sociais, econômicas e culturais burguesas. O referido movimento de superação não se deu de forma natural, mas através de um longo processo histórico no qual diferentes classes e estamentos travaram intensas batalhas materiais e simbólicas pela possibilidade de influenciar nos rumos do desenvolvimento histórico, isto é, do que seria e do que não seria o mundo. Quando afirmamos que as batalhas pelos rumos do desenvolvimento histórico foi material e simbólica, estamos enfatizando o que já afirmamos anteriormente: as dimensões material e simbólica da vida social são complementares e assim precisam ser tratadas pelos pesquisadores. Nesta fração do trabalho, nos debruçaremos sobre a dimensão simbólica da modernidade, ou mais precisamente, o imaginário liberal moderno.

Como bem vimos com Castoriadis, toda e qualquer instituição só pode existir no simbólico e as instituições modernas não fogem à regra. Desde já, indicamos que as instituições modernas mais destacadas são o Direito, a nação, o mercado e o Estado. Sobre este último, iremos nos debruçar com mais atenção.

Antes de refletirmos propriamente sobre a instituição imaginária do Estado, vamos observar os imaginários que sustentaram o processo de modernização. Concordamos com Domingues (2017) quando, em sua mais recente obra, ele aponta a noção de autonomia como um dos mais potentes imaginários modernos. Ao mesmo tempo, o autor também identifica o fortalecimento do Estado



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

como uma das mais vigorosas tendências de desenvolvimento da modernidade. Ora, é no encontro destes dois tópicos que se apresenta uma das mais interessantes contradições modernas: por um lado, os indivíduos cada vez mais se imaginam autônomos, ou seja, responsáveis pela própria produção de desejos e capazes de perseguí-los, por outro, a máquina burocrático repressiva e governamental do Estado cresce não em conflito com o mercado, como defendem alguns, mas associada a este. Tal contradição nos coloca duas questões: a primeira, é relativa ao lugar comum que se tornou afirmar que, a partir da emergência do neoliberalismo, um projeto global de retomada de poder por parte das elites, o Estado está diminuindo de tamanho e de importância, dando lugar a regulação da vida por meio das ferramentas de mercado. O referido lugar comum é, ao nosso ver, alimentado por análises simplistas e apressadas. Não só corroboramos Domingues quando ele afirma que o Estado não perdeu de forma alguma sua centralidade, como acreditamos que Negri e Hardt estavam parcialmente corretos ao defenderem que o que muitos perceberam como uma diminuição do Estado, é, na verdade, um deslocamento de atribuições. Para os autores de *Multidão: guerra e democracia na era do Império* (2005), se o Estado outrora cumpria um papel de garantidor de certos direitos sociais, no presente ele está cada vez mais restrito ao manejo da burocracia e, principalmente, da coerção - agora, cada vez mais, assumindo uma formação biopolítica -, mantendo a ordem propícia para o mercado expandir para novas áreas da vida social.

O segundo ponto, diz respeito a separação entre Estado e sociedade civil; mais uma peculiaridade moderna. Sobre a curiosa contradição entre a permanência de um imaginário de autonomia e o gradual enrobustecimento da forma Estado, na modernidade, podemos levantar as seguintes hipóteses não concorrentes: a) a separação abstrata entre Estado e sociedade civil é entendida pelos indivíduos como concreta e esta última é percebida como um espaço possível de desenvolvimento das autonomias; b) as dimensões material e simbólica da modernidade estão trespassadas por sistemas de dominação e legitimação que sustentam a existência da contradição em questão.

A ideia de que o Estado e a sociedade civil são duas esferas separadas, ao contrário do que muitos pensam, vai contra as seminais e corretas proposições de Gramsci. Quando o filósofo italia-



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

no afirmou existir uma sociedade civil e uma sociedade política (o Estado *stricto sensu*), na verdade ele estava criando duas categorias analíticas para dissecar um todo relacional, o Estado ampliado<sup>1</sup>.

Para esta discussão, vale a pena recorrer ao debate promovido por Wood (2011) acerca das diferenças entre a democracia moderna e a democracia ateniense. Um dos argumentos centrais da autora é que a cidadania moderna só pode ser instituída como suposta igualdade entre entes de uma determinada comunidade política estatal, porque a separação moderna e abstrata entre a política e a economia fez com que a desigualdade econômica pudesse se reproduzir dentro de um espaço de suposta igualdade política. Em outras palavras, o poder deixou de residir no senhorio para fundar-se na propriedade. Dessa forma, a divisão abstrata entre a sociedade e o Estado é percebido como concreta e legítima. Em outras palavras, a igualdade política abstrata, da cidadania vinculada ao Estado nos é oferecida como concreta, quando na realidade a concretude reside nas desigualdades econômicas fundamentais das sociedades.

Ainda sobre a divisão abstrata entre Estado e sociedade, Domingues defende duas teses: a primeira, diz respeito a mediação que o direito estabelece entre Estado e sociedade; a segunda está vinculada a tendência de autonomização do Estado em relação à sociedade. Sobre a primeira hipótese, estamos parcialmente de acordo, mas achamos que é preciso evidenciar mais firmemente a forma e o conteúdo daquela forma que, ao nosso ver, é apenas uma das possibilidades de mediação. Se, como afirmamos alhures, a divisão entre Estado e sociedade é muito mais analítica do que empírica, a mediação do direito, do império da lei, está plenamente permeada pelos antagonismos sociais, pelas relações sociais de poder e pela correlações de forças da sociedade. Sendo assim, a cidadania, a existência enquanto sujeito de direitos, se apresenta abstratamente enquanto igualdade, ao passo que no concreto se realiza como desigualdade. Tal operação só se sustenta porque a cida-

---

<sup>1</sup> Quando defendemos a necessária diferenciação entre categorias analíticas e realidade concreta, estamos nos aproximando do método marxista defendido por Lukács, quando este afirma que “a totalidade concreta é, portanto, a categoria fundamental da realidade”. E ainda mais, estamos corroborando o húngaro quando ele afirma ser necessário compreender a totalidade para tentar desvendar e orientar o desenvolvimento histórico: “Quando a teoria, enquanto conhecimento da totalidade, abre caminho para a superação dessas contradições [de classe], para a supressão, ela o faz mostrando as tendências reais do processo de desenvolvimento da sociedade, que são chamadas a superar realmente essas contradições na realidade social, no curso do desenvolvimento social.” LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

dania como igualdade abstrata é parte fundamental do imaginário moderno sobre o Estado. No caso, este opera como uma ferramenta da legitimação da ordem. O imaginário moderno, neste processo de significação, desloca a imagem da cidadania, sempre vinculada ao Estado, para perto do significado da igualdade. Em outras palavras, ele faz com que as pessoas se percebam como iguais perante ao Estado e as leis, quando na prática não o são.

É importante notar que a produção de imaginários é, em grande parte, discursiva. O caso do Estado brasileiro é interessante pois, ele mesmo, através da sua Carta Magna, enuncia que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (BRASIL, 1988). Tal operação discursiva colabora para a produção e sustentação de um imaginário que tem o poder deslocar significados e significantes, influenciando assim a interpretação social de questões concretas e objetivas.

A segunda tese de Domingues aqui mencionada, sobre a autonomização do Estado, nos parece um pouco mais problemática. Por um lado, o sociólogo bem apresenta a sua idéia de que há uma tendência histórica da burocracia estatal desenvolver uma lógica política própria. Por outro lado, Domingues pouco avança no exame das forças que operam sobre essa lógica. Ou bem afirmamos que a autonomização funda uma lógica totalmente contingente e imanente, ou, como preferimos, aceitamos que há um processo de autonomização, mas que este é extremamente relativo e que a lógica política por ele fundada, mesmo que não mecanicamente, ainda responde às correlações de força vigentes na sociedade. A totalidade das relações sociais, da qual nascem Estado e Capital fetichizados, é (e na pré história, período no qual vivemos, só pode ser) fundamentada nos antagonismos, que são a base da política. A vida social é uma vida política porque os antagonismos sociais a impelem a ser. Assim sendo, a correta assunção de Domingues sobre a produção de uma lógica política própria do Estado, uma diferenciação em relação aos outros campos da totalidade social, deveria ser aclarada com mais detalhamento para não correr o risco de ser interpretada como um descolamento do primeiro em relação ao segundo. Isto é, a lógica política do campo estatal pode



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

produzir um certo distanciamento das lógicas políticas de outros campos, entretanto, em última instância, qualquer campo ou instituição, segue relacionado com a lógica social. Tudo isso aqui dito pode ser resumido em poucas palavras: a lógica política estatal se difere de outras lógicas políticas, mas ainda é notavelmente permeada pelos antagonismos sociais e pela correlação de forças presente nas sociedades.

#### IV. Estado e legitimidade na América Latina

Um imaginário qualquer, assim como já afirmamos tantas vezes, é sempre uma potente ferramenta de significação da vida social. Tal afirmação se relaciona diretamente com a defesa de Bourdieu sobre a importância da dimensão simbólica para a construção e percepção do real. Vejamos:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato de mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre inteligências. (...) Os símbolos são instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral. (BOURDIEU, 2012. p. 9-10)

Pois bem, existem certas aproximações entre a proposta de Bourdieu e Castoriadis acerca do papel do simbólico na produção de entendimentos sobre o mundo. O ponto fulcral de separação entre os dois, talvez seja o hiato mais evidente no trabalho de ambos: ao passo que o francês defende a existência de um poder estruturante do simbólico estruturado, o grego observa apenas a agência individual na produção de imaginários. De certa forma, ambos apresentam duas faces da mesma moeda, sendo que o primeiro retira qualquer poder de agência individual ou coletiva, uma vez que,



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

para ele, todos os estruturantes são estruturados, e o segundo ignora qualquer tipo de estrutura e busca na agência, geralmente individual, todas as respostas para a criatividade social. Para o debate aqui engendrado, a oposição entre estruturalistas e agencialistas é secundário, o que realmente nos importa é salientar que o simbólico possui o real poder de organizar os sentidos das experiências sociais.

Se resgatarmos a teoria da hegemonia de Antonio Gramsci, recordaremos que todo e qualquer bloco hegemônico repousa sobre um sustentáculo que é uma equação cambiante entre coesão e força. Ao mirar a produção de coesão, Gramsci apontou os aparelhos privados de hegemonia e os intelectuais como seus principais produtores. O que Gramsci não observou diretamente foi que dimensão simbólica possui um papel fundamental na efetuação de uma determinada coesão. Com isso, chegamos, então, a central articulação argumentativa deste artigo: a- o fortalecimento do Estado é uma tendência desde os primórdios da modernidade até os dias correntes. b- Tal tendência de desenvolvimento histórico reside no âmago da hegemonia do bloco histórico capitalista. c- A construção de um imaginário estatal moderno foi e continua sendo fundamental para a legitimação e normalização do Estado enquanto ator primordial do mundo social contemporâneo.

O reconhecimento do Estado como campo fundamentado do jogo político e da produção das suas regras, como bem afirmou Bourdieu (2014), é também a legitimação dos seus quadros burocráticos como agentes autorizados a enunciar o que é certo ou errado para o mundo social. Portanto, a legitimidade sob a qual o Estado é revestido, acaba por se realizar concretamente como poder de organização da vida pública por parte dos seus agentes, os rostos da burocracia. Isto é, o imaginário moderno, do qual o Estado é uma peça indispensável, é a ferramenta simbólica que sustenta a concessão de um dado poder a um ator social - a burocracia. É mister ressaltar que não compreendemos a burocracia como uma classe social, mas como um grupo social mais ou menos coeso, permeado por classes e frações de classe, portador de uma lógica política própria que não é e nem pode ser descolada das dinâmicas sociais vigentes.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

A legitimidade auferida ao Estado pelo imaginário moderno está diretamente relacionada com a significação de três noções: segurança, universalidade e a cidadania. A vinculação do Estado e da segurança foi fomentada por muitos séculos a partir da proposta hobbesiana acerca da oposição entre estado de natureza (anárquico) e Estado soberano (autárquico, hierárquico e uno). O sucesso de tal empreitada, no sentido da construção de um agente superior e mantenedor da ordem, é perceptível na constatação weberiana sobre o Estado moderno ser aquele possuidor do monopólio do uso legítimo da força sobre um determinado território. Ora, aqui a palavra "legítimo" possui importância fulcral, uma vez que, como já vimos, a legitimidade é fruto de uma construção que também é simbólica, imaginária.

O entendimento coletivo de que o Estado é a unidade primária legítima de uma dada comunidade imaginada é o resultado de um longo e violento processo de concentração de recursos materiais e simbólicos, que fez parte da construção da forma Estado em detrimento das outras formas de organização políticas até então existentes, como as cidade-Estado. Foi Hegel (1990) o primeiro a estabelecer a divisão conceitual entre o Estado, que nasce como pretensão universal, e a sociedade civil burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*), o reino das necessidades, do particular. Tal divisão segue por alimentar, dentro do imaginário moderno, o ideal da universalidade estatal. Coube a Marx a justa denúncia de que as particularidades da sociedade civil estão incrustadas no seio do Estado e de que a universalidade deste é uma abstração que não condiz com a realidade concreta. Sendo assim, mais uma vez, verificamos no cerne do imaginário moderno uma abstração - a universalidade do Estado - sustentando a legitimação de uma materialidade concreta - a tentativa de elevação da particularidade burguesa à condição de universal. A operação recém descrita é justamente a parte principal do que Laclau (2011) chamou de articulação hegemônica, não sem antes atentar para o fato de que toda universalidade é incompleta, precária e dependente da existência dos particulares.

O terceiro e último elemento significado que opera na sustentação da dimensão estatal do imaginário moderno é a cidadania. Há mais de dois mil anos Aristóteles já se perguntava sobre o que é ser um cidadão e a diferença da cidadania em diferentes regimes. De maneira rudimentar, po-



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

demostremos que cidadãos são aqueles indivíduos que possuem iguais direitos e deveres dentro de determinada comunidade política. O ponto é que, na modernidade, o Estado tomou para si o monopólio da concessão da cidadania, ou seja, ele possui o poder legitimado de enunciar quem é e quem não é parte da sua comunidade, o *insider* e o *outsider*, o nós e os outros. Tal poder vincula diretamente os direitos coletivos e individuais ao Estado, tornando-o garantidor de algumas das mais fundamentais necessidades existenciais humanas. O imbróglio consiste no fato de que, como mais uma vez notou Marx (2010), a cidadania é parte do que ele chama de emancipação política, ou seja, uma emancipação limitada pelo terreno do político e que não envolve o que para ele sempre foi a questão mais cara: e emancipação humana, que necessariamente deve passar pela destituição das relações sociais de exploração. Em outras palavras, podemos afirmar que a cidadania produz uma igualdade formal e abstrata perante ao Estado, ao passo que mantém intactas as desigualdades inerentes do modelo de produção capitalista. Mais do que isso, a cidadania é condição para a reprodução de tal modelo uma vez que o capitalismo, na modernidade, inaugurou um sistema de dominação e exploração independente da condição cívica dos indivíduos inseridos no sistema. Desta forma, igualdade cívica e desigualdade econômica passaram a coexistir, sendo tal condição socialmente percebida como legítima, muito em função da operação simbólica do imaginário moderno que ajuda a organizar as interpretações das experiências sociais por indivíduos e grupos.

O Estado é uma formação européia e moderna, portanto estranha às civilizações originárias da América Latina. A cidadania e a nacionalidade, não são elementos naturais, mais naturalizados através da violência física e simbólica do colonialismo. A instituição imaginária e a legitimação do Estado na América Latina foram, também, processos de inviabilização de outras formas de organização política e social. Nesse sentido, o racismo e o eurocentrismo foram elementos fundamentais. A elevação das formas europeias ao status de superioridade, de etapa mais alta da evolução social, parte da construção imaginária de uma equivocada noção progressiva da história e do racismo, cujo a dimensão simbólica é menos visível do que a material, mas não menos determinante. Sendo as-



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

sim, o processo neste artigo abordado toma contornos mais agudos no subcontinente latino-americano, constituindo uma parte fundamental do perverso legado do colonialismo.

## V. Conclusão

Findamos este trabalho afirmando que, de fato, não chegamos à uma conclusão, mas a um encadeamento necessário de conclusões. Em primeiro lugar, notamos que qualquer análise fundamentada tão somente na dimensão material de um determinada instituição ou relação social é falha, uma vez que não observa os cruciais entrelaçamentos entre a dimensão material e simbólica. Em segundo lugar, nos distanciamos do contingencialismo radical e do mecanicismo economicista para afirmar que o desenvolvimento histórico pode tomar múltiplos sentidos, ao passo que não negamos que o mesmo apresente inclinações mais fracas e mais fortes. Por conseguinte, apontamos o fortalecimento do Estado como uma forte tendência na modernidade. Por fim, identificamos que a permanência do Estado, como ator central da dinâmica social moderna, está diretamente relacionada com o entendimento acerca da sua legitimidade. Tal entendimento é e só pode ser sustentado através da existência de um imaginário estatal lotado no núcleo duro do imaginário moderno.

Em suma, buscamos enriquecer as análises sobre o Estado, através do dialogo com a noção de imaginário social, primordialmente produzida por Castoriadis. Em outras palavras, demonstramos que para engendrar um entendimento mais amplo acerca do tema central aqui tratado, precisamos não mais nos ater a simplismos materialistas, mas buscar desvendar de que forma se dá a sobredeterminação de distintas dimensões sobre a qual uma relação social qualquer repousa. Deste modo, percebemos que é possível compreender muito mais profundamente não só o nosso objeto de análise como qualquer outro. Ao fim, afirmamos que, no caso da América Latina, esse processo de legitimação do Estado a partir da sua instituição imaginária teve contornos especialmente violentos vinculados ao passado colonial a persistência de uma significativa parcela das suas instituições.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017  
3 - 8 Diciembre / Montevideo  
Las encrucijadas abiertas de América Latina  
La sociología en tiempos de cambio

## VI. Bibliografía

- BOURDIEU, P. O poder simbólico. (2012). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- BOURDIEU, P. Sobre o Estado: Cursos no College de France (1989 – 1992). (2014). São Paulo: Companhia das Letras.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. (1988) Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.
- BROWNE, Craig. On Modern Imaginaries, Social Freedom and the Dialectic of Control. In NETSAL - Dossiê Temático - Imaginário Moderno e Tendências de Desenvolvimento. (2016). Rio de Janeiro.
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. (1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DOMINGUES, J.M. Imaginário e política na modernidade. A trajetória do peronismo. (2012). In. Cadernos de Trabalho NETSAL. V.1 #2. Rio de Janeiro.
- DOMINGUES, J.M. The Imaginaire and Political Modernity. In NETSAL - Dossiê Temático - Imaginário Moderno e Tendências de Desenvolvimento. (2016). Rio de Janeiro.
- DOMINGUES, José Mauricio. Emancipation and History. The Return of Social Theory. (2017). Leiden: Brill.
- HEGEL, G.W.F. Princípios da Filosofia do Direito. (1990). Lisboa: Guimarães.
- LACLAU, Ernesto. Emancipação e diferença. (2011). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MARX, Karl. Sobre a questão judaica. (2010) São Paulo: Boitempo.
- NEGRI, A. HARDT, M. Multidão: guerra e democracia na era do Império. (2005). Rio de Janeiro: Record.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

TAYLOR, Charles. *Modern Social Imaginaries*. (2004). Durham: Duke University Press.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. 6. ed. (2011). São Paulo: Paz e Terra.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. (2004). São Paulo: Companhia das Letras.

WOOD, E. M.. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. (2011). São Paulo: Boitempo.